

# psi



Conselho Regional  
de Psicologia SP

nº 180 • Setembro | Outubro | Novembro • 2014

## Uma SOCIEDADE cheia de desafios

A Psicologia diante da patologização  
e medicalização da vida, fundamentalismo  
religioso e encarceramento em massa

EDITORIAL   Uma profissão cheia de desafios	3
ORIENTAÇÃO   Saiba quando e como notificar Atendimento a pessoas em situação de violência	4
PROCESSOS ÉTICOS	5
UM DIA NA VIDA   A evolução do modelo de cuidado aos idosos Saiba como é o trabalho no dia a dia com idosos	6
PERSPECTIVA DO USUÁRIO   Mulheres sofrem em silêncio a violência obstétrica Os casos são bastante comuns no parto; muitas vezes a violência já começa no pré-natal e as mulheres nem se dão conta	10
PSICOLOGIA E COTIDIANO   Acúmulo compulsivo Acúmulo Compulsivo é um sofrimento que demanda cuidados e abordagem particular para cada caso	14
CAPA   Uma sociedade cheia de desafios Como a Psicologia pode observar e agir diante de pautas presentes no campo social e político que inibem avanços em várias questões	17
SUBSEDES   Panorama do Dia da/o Psicóloga/o e os desafios futuros Com as comemorações do Dia da/o Psicóloga/o, o CRP SP cria agenda de aproximação maior com os profissionais e estudantes	21
REPORTAGEM ESPECIAL   Sinase, 10 anos sem ação efetiva em SP MP do Estado de São Paulo reclama falta de Plano Socioeducativo; cada psicóloga/o deve acompanhar no máximo 10 adolescentes	24
MURAL   Acompanhamento legislativo O CRP SP acompanha atualmente 260 projetos de lei que têm relação com a profissão	26
MUNDO MELHOR   O direito constitucional à moradia Militantes dos movimentos sociais atuam efetivamente na causa da habitação e da Reforma Política	27
ESTANTE   TÍTULOS As dicas de livros, cinema e vídeo sobre temas de interesse para a psicologia	31



**Conselho Regional  
de Psicologia SP**

**psi 180**

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Elisa Zaneratto Rosa  
Vice-presidenta | Adriana Eiko Matsumoto  
Secretário | Guilherme Luz Fenerich  
Tesoureira | Gabriela Gramkow

Conselheiros

Alacir Villa Valle Cruces, Ana Paula Porto Noronha, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Elisa Zaneratto Rosa, Graça Maria de Carvalho Camara, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaina Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Jonathas José Salathiel da Silva, José Agnaldo Gomes, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia Junior e Silvio Yasui.

Realização Di Presse Editorial

Jornalista responsável Ediane Parente (Mtb: 21.960)  
Reportagens Ediane Parente, Bruno Borin, Sílvia Caricati e Wanise Ferreira  
Ilustradora Renata Lembo  
Direção de arte Paula Correa Clemente  
Ilustração de capa Paula Correa Clemente  
Impressão Rettec Artes Gráficas  
Tiragem 86.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410-020 São Paulo SP  
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br  
Diretoria | direcao@crpsp.org.br  
Informações | info@crpsp.org.br  
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br  
Administração | admin@crpsp.org.br  
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br  
Site | www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932  
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235-2324, 3235-2441  
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020  
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516  
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847  
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658  
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047  
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370  
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

# Uma profissão cheia de desafios

**N**a agenda da sociedade brasileira, muitas urgências e diferentes perspectivas. Desde os conhecidos movimentos de junho de 2013, em função de várias ocasiões - da copa do mundo às eleições -, as ruas de nosso país foram ocupadas e habitadas por manifestações que pautam o enfrentamento das mudanças que nosso país precisa e defendem distintas e muitas vezes antagônicas direções para essas mudanças. Em pauta, a democracia que queremos e o modelo de Estado que queremos. Em pauta, as políticas públicas que precisamos e os caminhos para efetivação dessas políticas. É momento de explicitação de projetos em disputa. Somos uma sociedade cheia de desafios.

Esse processo imprime também uma série de desafios em nossa profissão. Somos marcados como psicólogas/os por essa conjuntura. De um lado, a população brasileira, aqueles que atendemos em diferentes espaços de trabalho, mobilizada por essas questões, apresenta para nós sofrimentos, afetos, implicações profissionais e pessoais com esse processo. Ao mesmo tempo, as/os psicólogas/os estão tensionadas em suas práticas por esses projetos em disputa, que se concretizam em diferentes instituições, políticas públicas e referências de atuação.

O CRP SP tem acompanhado e subsidiado muitos desses processos. A questão da escuta psicológica de crianças nos tribunais de justiça, os projetos de atenção a usuários de álcool e/ou outras drogas, as diretrizes para a qualificação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), a perspectiva de medicalização da vida e da sociedade presente nos serviços em que nos inserimos, os impasses e as mudanças necessárias de práticas no sistema prisional, as práticas de genocídio da população negra que se perpetuam no Brasil. Como esses, muitos outros campos de atuação profissional têm exigido o posicionamento do CRP SP e a efetivação de ações em nome da

Psicologia, seja para defender determinadas perspectivas apontadas historicamente por nossa profissão, seja para produzir referências, respaldo e orientação às/aos profissionais envolvidas/os em seu trabalho com essas temáticas. Nesse processo, está nosso esforço de manter como método o diálogo com as/os psicólogas/os, com as entidades envolvidas, gestores e população.

Nessa conjuntura, as condições de trabalho da nossa categoria refletem em sua complexidade e precariedade das condições de muitos outros trabalhadores, tema ainda urgente em nosso país. Assim, precisamos de condições que permitam uma prática que, tecida cotidianamente, reflita as diretrizes da profissão que queremos para a sociedade que precisamos, as quais estão explícitas nos documentos de referência instituídos por nossa entidade. Em nome desse compromisso, trabalhamos muito ao longo desse ano no apoio à pauta da redução de jornada da categoria de psicólogas/os, apoiando o projeto de lei que busca instituir jornada de trabalho de 30 horas, ao lado das entidades sindicais que historicamente sustentaram essa reivindicação da categoria.

Um ano de muito trabalho, de muitos posicionamentos, de muitas inserções e reivindicações em nome da Psicologia e para a Psicologia que precisamos. Assim, pretendemos seguir enfrentando os desafios de nossa sociedade e de nossa profissão. E desejamos que a aproximação com as/os psicólogas/os de todo o estado seja o caminho para avançarmos em relação a esses desafios. É por isso que insistimos para que vocês, psicólogas/os, acompanhem e participem das ações do CRP SP. Queremos estar mais próximos e construir as ações do CRP SP junto com vocês. Vamos coletivamente desvendar e enfrentar esses desafios!

XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

# Notificar a violência é preciso

A Lei de Notificação Compulsória trata da obrigatoriedade de comunicar às autoridades casos de suspeita, ou comprovação, de agressões; a psicologia pode contribuir com a defesa dos direitos nas políticas públicas



**A**provada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006, a Lei Maria da Penha foi saudada como um marco na história da luta contra a violência doméstica. Ela passou a ser mais uma referência para mostrar como a sociedade brasileira vem se articulando para a proteção de crianças, idosos e mulheres. Os profissionais de saúde têm tido ao longo dos anos uma participação importante nesse processo.

Desde 2003, essa atuação ganhou intensidade com a publicação da Lei 10.778, de Notificação Compulsória. Para todos os efeitos, seja legal ou para contribuir com estatísticas que podem orientar a definição de políticas públicas, é muito importante para a/o psicólogo/a estar por dentro desse tema.

A Lei de Notificação Compulsória trata da obrigatoriedade de comunicar às autoridades casos de suspeita, ou comprovação, de agressões sofridas pela pessoa atendida. Isso envolve qualquer tipo de agressão, seja física, sexual ou psicológica que tenha ocorrido no ambiente doméstico, familiar, na comunidade ou outro lugar frequentado pela vítima.

A legislação nasceu da constatação de que a ausência de dados estatísticos adequados sobre o alcance da violência dificultava a

elaboração de programas de combate a esse problema. Foi determinado, então, que qualquer suspeita de agressão a vulneráveis terá de ser comunicada aos órgãos da vigilância sanitária para efeito estatístico. Do ponto de vista de saúde pública, essas informações são essenciais para traçar o perfil epidemiológico das violências, identificar os fatores de risco, elaborar estratégias de promoção da saúde e prevenção, formular políticas intersetoriais de enfrentamento da violência e contribuir para qualificar as ações de assistência, recuperação e reabilitação.

“A Lei Maria da Penha é um resultado desse esforço de obtenção de dados e informações”, comentou Mariana Hasse, mestra pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ela estudou a rede de proteção às mulheres em situação de violência e trabalhou em uma equipe de NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família). “A violência é uma epidemia”, completou a psicóloga Magna Damasceno, coordenadora da Rede de Atenção à Violência Doméstica do Município de Suzano/SP.

O profissional de saúde que identificar os sinais, visíveis ou não, de agressões deverá preencher uma ficha de notificação da violência para a Vigilância Epidemiológica de Doenças e Agravos Não Transmissíveis. Geralmente, essa ficha está disponível nas Secretarias Mu-

nicipais de Saúde. “O profissional é orientado pelas Secretarias sobre o procedimento”, conta Magna.

Mariana lembra que, caso a notificação envolva crianças ou adolescentes, uma cópia será encaminhada para o Conselho Tutelar. Conforme a gravidade, o Conselho irá decidir como proceder no caso em obediência ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O mesmo pode acontecer com o idoso.

No caso de violência sexual constatada, o profissional de saúde terá de adotar outro procedimento, comunicando os casos às autoridades e encaminhando a vítima para receber os procedimentos de saúde. “Por até seis meses a vítima terá acompanhamento laboratorial para o controle de possíveis doenças”, enfatiza Magna.

As duas psicólogas concordam que o atendimento a uma possível vítima de violência é um processo que as/os psicólogas/os precisam tratar com muita delicadeza. Há questões como o sigilo profissional, as recomendações ao atendido, as ponderações sobre envolvimento da família no caso que podem, ou não, colocar a vítima em situação de risco. “A violência é transversal; ela perpassa todas as áreas. Por isso o psicólogo tem de trabalhar em rede para dar prosseguimento ao caso”, comenta Magna.

No caso de hospitais, públicos ou privados, o ideal é procurar equi-



pes multidisciplinares para debater o assunto. Magna lembra que, na falta desse recurso - o que pode ser mais comum a quem atende em consultórios particulares-, a/o psicóloga/o pode procurar os Conselhos Tutelares ou do Idoso, ou órgãos que possuem linhas voltadas para discussão do tema. "A notificação não é uma denúncia, mas é muito importante que seja feita", lembrou Magna. O sigilo das informações está previsto na Lei da Notificação.

Na avaliação de Mariana, os casos de violência ainda estão sendo subnotificados pelos profissionais de psicologia. "Há um desconhecimento dessa exigência, principalmente pelos que trabalham em consultórios particulares", ressalta. Há que se destacar que também existe desconhecimento sobre a responsabilização para os profissionais que não relataram as suspeitas de violência.

Nesse ponto, outra questão importante é levantada pelas duas psicólogas: a necessidade de qualificação do profissional de psicologia para reconhecer os sintomas na pessoa que está sendo vítima de violência. "Ela (a violência) é silenciosa e geralmente há um pacto de segredo à sua volta", salienta Magna. O profissional, muitas vezes, pode confundir os sintomas manifestados pela pessoa com depressão ou outro problema emocional, sem identificar que há sinais não explícitos de agressões contínuas.

Na pesquisa que está realizando para seu doutorado sobre como os profissionais atendem situações de violência, Mariana constatou que a maior parte dos pesquisados não reconhecem a violência. "Ela é muito invisível e o profissional enxerga os sintomas, mas não a causa", reforça. No mesmo levantamento, ela identificou que 90% dos pesquisados não tiveram informação adequada sobre o tema na graduação ou mesmo em cursos de pós-graduação.

Lei da Notificação Compulsória em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.778.htm)

## Fraude na emissão de guia de convênio

A psicóloga foi procurada para produzir um relatório psicológico e, como forma de pagamento de seu serviço, propôs que fosse utilizado o plano de saúde de outra pessoa.

Por ter proposto forma de pagamento do seu trabalho envolvendo fraude na emissão de guia de autorização de atendimento do convênio, conclui que foi sugerido meio ilícito.

Diante do exposto, a psicóloga infringiu o Código de Ética Profissional do Psicólogo, vigente à época dos fatos:

### Princípio fundamental

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

### Das responsabilidades gerais do psicólogo

Art. 1º - São deveres fundamentais do Psicólogo:

c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

Resolução CFP 010/2005 - Código de Ética Profissional do Psicólogo que está em vigor desde o dia 27 de agosto de 2005.

O Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/2007, disponível no site: [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br) - item "legislação".

# Interlocução no envelhecimento

A contribuição da Psicologia para a evolução do modelo de cuidado aos idosos mostra como o Dia do Idoso (1º de outubro) pode ser celebrado com muito mais qualidade de vida



O trabalho com idosos nasce de uma visão interdisciplinar. Entre as especializações envolvidas, a Psicologia lança um olhar à construção e à evolução dessa perspectiva de atuação. A Psicologia Social tem contribuído para capacitar profissionais e familiares em um modelo de cuidado que segue

em linha com os novos tempos da sociedade. Os indicadores batem à nossa porta: as pessoas estão vivendo mais, no mundo e no Brasil (veja quadro à pág. 9). É preciso mudar o jeito de pensar sobre as pessoas idosas para transformar essa em uma fase cada vez mais ativa.

Esse tem sido o trabalho de

Raquel Ribeiro. Após a graduação em Psicologia pela PUC-SP, o Aprimoramento e Especialização em Psicologia Hospitalar - realizado no Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas da USP - revelou um campo de trabalho que a encantou, sobretudo pela valorização e atuação conjunta dos profissionais dedicados. "Quanto



© TOMWANG12 | DREAMSTIME.COM

mais integrada for essa interdisciplinaridade, mais rica pode ser a contribuição das diversas especializações”, acrescenta.

A experiência com idosos foi tão decisiva que orientou os passos seguintes de sua especialização: o mestrado em Psicologia Social, também pela PUC-SP, e o doutorado, em conclusão,

pelo Programa de Psicologia Social da USP. Atualmente Raquel é diretora do Ateliê do Cuidado em Campinas (SP), um centro especializado no atendimento ao idoso e voltado à formação de cuidadores.

“A/O psicóloga/o social pode atuar como catalisador das atividades na abordagem com o ido-

so. Nossa formação contempla o entendimento de muitos campos e nos permite estruturar esse cuidado de modo global”, ressalta.

Em seu trabalho, Raquel aborda aspectos psicossociais e biológicos, e procura entender o entorno que baseia a vida da pessoa idosa - suas atividades, seu espaço de convivência, o papel da família. “Considero o contexto para orientar familiares e cuidadores e definir rotinas que o idoso possa realizar, incluindo atividades estimulantes para o físico, para a atenção e a memória”, explica.

### Independência e autonomia

Dois perfis polarizam a avaliação da condição de envelhecimento. Um deles é o da pessoa que permanece ativa e capaz, apesar do avanço da idade. O outro engloba os que se encontram em situações de fragilidade e dependem de cuidados especiais transitórios ou continuados. De um extremo ao outro, também são dois os referenciais que pautam o trabalho de Raquel voltado à melhoria e à manutenção da qualidade de vida: a independência e a autonomia.

Segundo a Política de Envelhecimento Ativo, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde em 2002, independência é a capacidade que a pessoa tem de realizar atividades para si, como alimentar-se e vestir-se. Já a autonomia é a capacidade de tomar as próprias decisões: escolher a roupa que vai usar, a comida que quer comer. “Mesmo em situação de fragilidade, o idoso pode ser independente e autônomo. É fundamental não privá-lo de executar tarefas e de se manifestar sobre elas”, diz Raquel.

A “teimosia” dos mais velhos, geralmente comparada ao comportamento da criança, deve ser analisada de modo amplo, pois envolve a questão de quem quer ter o poder de decidir – aponta a psicóloga. “A recusa do idoso pode refletir seu ▶



© KARELNOPPE | DREAMSTIME.COM

ponto de vista, o seu querer.”

Um exercício recomendado é o de estímulo cognitivo, inclusive em casos de demência, como a doença de Alzheimer: “Apresentamos sempre duas opções para o idoso decidir. Simplificamos a atividade, mas mantemos sua autonomia de escolha”, comenta.

Raquel compartilha a história de uma senhora com Alzheimer em estágio avançado, que morreu recentemente. Na época do tratamento, ela estava com 90 anos, tinha sido vítima de um assalto e mal falava. Os dois anos de estimulação cognitiva - associada à medicação - a fizeram “reviver”. “Propus como atividade a pintura. Inicialmente, eu desenhava e perguntava a ela sobre as cores que iríamos usar. A resposta era uma só: ‘branco’. Passei a pedir que escolhesse entre duas cores para cada figura. Em questão de semanas, ela ‘descongelou’. Começou a pintar e não parou mais. Voltou a falar e adorava passear”, recorda.

### Formando cuidadores de idosos

Em 2011, Raquel integrou o Conselho Municipal do Idoso de Campinas, representando o CRP SP. Esteve à frente da comissão que inspecionava Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Durante esse período, pôde entender mais a fundo as ações e as omissões que levam ao descumprimento do Estatuto do Idoso (leia box). “A violência considerada pelo Estado contra o idoso está muito focada na agressão física. Denúncias de violência psicológica, mesmo com evidências e com testemunhas, não são acolhidas pelo Ministério Público ou pela polícia”, avalia.

A psicóloga menciona o caso recente de uma senhora, atendida em uma ILPI. Ela caiu, teve o braço tratado sem a investigação da causa da queda. “A negligência do hospital, ao liberá-la, ocorreu por falta de compreensão do quanto é fundamental avaliar esse tipo de evento.

### Estatuto do Idoso completa 11 anos

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) foi publicado em 1º de outubro de 2003 - Dia Internacional do Idoso, instituído em 1999 pela Organização das Nações Unidas, data que passou a constar do calendário oficial do Brasil em 2006.

Sua criação unificou múltiplos direitos, que fundamentam a atenção e a proteção a brasileiros com idade igual ou superior a 60 anos - estabeleceu as responsabilidades da família, da sociedade e do poder público nesse processo. Constitui um avanço, em linha com a Constituição Federal, a Política Nacional do Idoso (1994) e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (2002).

Soubemos pela filha que essa senhora não estava andando por conta da queda. Orientamos que voltasse ao médico, e a mãe foi internada na UTI. Esse é um exemplo de despreparo com que lidamos”, conta.

Em sua prática profissional, Raquel se dedicou inicialmente à seleção personalizada de cuidadores para trabalhar com idosos atendidos por ela. Nesse processo, reprovava cerca de 75% dos candidatos por falta de apropriação da prática cuidadora. Decidiu, então, atuar na formação específica de pessoas para essa atividade.

“O cuidador bem formado é responsável por 90% da melhora do idoso em situação de fragilidade. Por isso, nosso enfoque está na sensibilização para o cuidado com uma visão crítica, para aprimorar continuamente as práticas. Fazemos com o que aluno se coloque no lugar de quem é assistido”, cita.



Raquel Ribeiro: trabalho procura entender o entorno que baseia a vida da pessoa

DIVULGAÇÃO

### Abordagem positiva

Hoje, a atividade do cuidador de idosos é reconhecida como ocupação. Mudar a cultura de atendimento representa uma etapa fundamental para reforçar a importância de transformá-la em profissão regulamentada, enfatiza Raquel. “Há um paradigma a ser quebrado, no modo como vemos o idoso. Isso precisa acontecer por meio da formação dos cuidadores, do combate a preconceitos, da preparação das equipes de hospitais e clínicas.”

No atendimento, nas palestras para órgãos públicos e nas consultorias realizadas – voltadas à preparação para a aposentadoria – a psicóloga dissemina o conceito de adaptação positiva frente às dificuldades dos idosos.

“Trabalho a problematização com otimismo. Elimino estereótipos para que, apesar das limitações, o idoso encontre modos diferentes para continuar a realizar, a aprender coisas novas”, destaca.

## Envelhecimento da população



PIXABAY.COM

### No mundo

- Uma em cada nove pessoas no planeta tem 60 anos ou mais
- Em 2050, pela primeira vez, haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos - e chegarão a 22% da população global

### No Brasil

- A população brasileira acima de 65 anos, que em 2013 era de 14,9 milhões (7,4% do total), deve saltar para 58,4 milhões (26,7% do total) em 2060
- De 2013 para 2060, a expectativa média de vida dos brasileiros deve aumentar de 75 para 81 anos

Fontes: Fundo de Populações da Organização das Nações Unidas (ONU) – 2012 e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - 2013

# Não à violência obstétrica

Levantamento da Fundação Perseu Abramo indica que uma em cada quatro mulheres sofreu algum tipo de violência durante o parto, mas muitas nem sabem que foram vítimas; tratamento indigno já começa no atendimento pré-natal

“**N**o mundo inteiro, muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde. Tal tratamento não apenas viola os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e a não-discriminação”. Esse é o ponto de partida da declaração feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre violência obstétrica publicada no final de setembro em seis idiomas. O objetivo é convocar maior ação, diálogo, pesquisa e mobilização sobre esse tema importante de saúde pública e direitos humanos.

No Brasil, esses objetivos da

OMS começam a ganhar espaço e o tema, mais relevância para a sociedade. A pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado” realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010 mostra que uma em cada quatro mulheres sofreu algum tipo de violência durante o parto. Há quem acredite que esse número está subestimado, uma vez que muitas mulheres não sabem que foram vítimas.

Alguns órgãos públicos começam a levar essa questão mais a sério. Em função do aumento de denúncias, o Ministério Público Federal decidiu instaurar um inquérito civil sobre o assunto

que ainda está em andamento. A Defensoria Pública de São Paulo também tem se manifestado mais intensivamente sobre o tema e procurado orientar as mulheres sobre a importância de denunciar os casos para a Justiça, para os próprios hospitais e para os conselhos de classe, como o CRM (Conselho Regional de Medicina).

O debate sobre a questão da violência obstétrica é multidisciplinar e atinge todos os profissionais de saúde que se relacionam com a mulher durante a gestação e na hora do parto, um momento que mãe e filho estão extremamente vulneráveis. E afeta particularmente as psicólogas/os quando se leva em

consideração o atendimento psicológico da gestante antes, durante e após o nascimento da criança, muitas vezes com casos de estresse traumático na família.

Para Rosângela Talib, psicóloga e membro da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, não são poucos os efeitos colaterais que atingem a mulher que sofre de algum tipo de violência obstétrica. “Os problemas emocionais podem ter consequências tão graves quanto os físicos. Infelizmente, é muito comum as mulheres enfrentarem sozinhas reflexos do trauma que foi a experiência do parto como a depressão pós-parto, síndrome do pânico, rejeição ao bebê ou ao aleitamento”, diz.

### Múltiplos problemas, múltiplos efeitos

Para a psicóloga, há vários pontos que configuram o que é a violência obstétrica. “Ela pode começar no pré-natal, quando a gestante não tem a informação adequada sobre o que está acontecendo com o seu corpo e com o bebê, o que gera muita ansiedade. Mas pode ir muito além, como a insegurança de saber em qual hospital será realizado o parto, dependendo de vagas nas instituições públicas, até procedimentos desnecessários e outros traumas”, observou.

Raquel Marques, presidente da Artemis, aceleradora social que luta pela qualidade de vida das mulheres e equidade de gêneros, classifica a violência obstétrica em três grupos. O primeiro diz respeito às ofensas morais, um problema que afeta principalmente as gestantes mais jovens que são submetidas a todo o tipo de julgamento por parte dos profissionais de saúde que as atendem.

Também há a violência psicológica, que envolve, por exemplo, o isolamento da gestante sem ter direito a uma pessoa da família ou próxima a seu lado, como prevê a Lei 11.108/05 que traça como diretriz aos hospitais públicos e conveniados com o SUS o direito a um ▶

## Por um parto humanizado



FOTOS: PIMABAY.COM

### Recomendações da OMS sobre desrespeito e abusos contra mulheres

- maior apoio dos governos e de parceiros do desenvolvimento social contra o desrespeito e os maus-tratos;
- **começar, apoiar e manter programas desenhados para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde materna, com forte enfoque no cuidado respeitoso como componente essencial da qualidade da assistência;**
- enfatizar os direitos das mulheres a uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e o parto;
- **produzir dados relativos a práticas respeitadas e desrespeitadas na assistência à saúde, com sistemas de responsabilização e apoio significativo aos profissionais;**
- envolver todos os interessados, incluindo as mulheres, nos esforços para melhorar a qualidade da assistência e eliminar o desrespeito e as práticas abusivas.



“A Coluna Partida”, de Frida Kahlo, 1944

REPRODUÇÃO

acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto. Nesse item, ela também inclui as ameaças feitas durante o processo de internação. “É muito comum as mulheres terem de ouvir frases como ‘senão parar de gritar não vou mais te atender’ ou outras ainda mais humilhantes”, afirma Raquel.

Por último, e não menos importante, está a violência física. Além da já conhecida opção pela cesárea no Brasil, mesmo sem indicação para isso, há também, por exemplo, a infusão intravenosa para acelerar o trabalho de parto (ocitocina), a pressão sobre a barriga para empurrar o bebê (ma-

nobra de Kristeller), o uso rotineiro de lavagem intestinal, retirada dos pelos pubianos (tricotomia) e exame de toque frequente para verificar a dilatação.

Raquel concorda que a discussão sobre a violência obstétrica é multidisciplinar. Mas ela chama a atenção para a importância do papel da/o psicóloga/o nesse cenário. “É preciso que esses profissionais entendam perfeitamente os efeitos da violência obstétrica e tenham uma participação mais efetiva tanto para combatê-la quanto para atender às pessoas que passaram por esses traumas”, analisa.

O tema violência obstétrica chegou também ao Congresso Nacional. Está em análise na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 7633/14, do deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), que trata dos direitos da mulher durante a gestação e o parto – inclusive nos casos de aborto – e as obrigações dos profissionais de saúde.

### Quebrada, machucada e sozinha

Paola Rodrigues levou muito tempo para tomar coragem e falar sobre o pesadelo que viveu em 2008 no nascimento de sua filha. “Eu não sabia o que tinha me acontecido e agora, seis anos depois, eu sei que foi uma violência, um ato hediondo e que, infelizmente, isso ainda é tido como normal”, disse. Grávida aos 15 anos ela teve de enfrentar, em primeiro lugar, o preconceito da sociedade e os problemas na família por ter engravidado tão cedo. Com isso vieram também problemas de saúde que a levaram a praticamente ficar internada durante os nove meses da gestação.

Quando as contrações começaram, Paola foi levada a um hospital no interior de São Paulo, onde morava. Como seu ginecologista estava na capital, ela foi atendida pelo plantonista que disse que o líquido amniótico estava limpo e ela tinha dois centímetros de dilatação. Após o exame, foi levada a um quarto onde permaneceu por horas tomando soro e sozinha, sem direito a acompanhante.

“A dor piorou muito e comecei a gritar, mas me disseram para não fazer isso porque já que tinha feito aquilo deveria, agora, suportar”, conta. Durante cinco horas, exausta, ouvindo as “piadas” das enfermeiras sobre sua condição e se sentindo culpada, ela foi, finalmente, levada para a sala de cirurgia onde seria feita uma cesariana.

Quando Laura, sua filha, nasceu, Paola percebeu que finalmente havia algo errado. “Foi tudo muito rápido, escutei um choro baixinho mas não me deixaram vê-la. Olhava desesperada para tudo e todos, ninguém me falava nada. Só fui

avisada que minha pressão estava subindo e que seria medicada” lembra. Depois de muito tempo, em seu quarto, ela foi avisada de que sua filha havia ingerido e respirado mecônio e estava na UTI.

“No terceiro dia fui informada que a sensação era como se ela estivesse afogando. No quarto dia me disseram que devia tomar cuidado na hora de ‘aprontar’ mais. No quinto dia já sabia que ela teria sequelas graves devido à baixa oxigenação. No sexto dia falaram para me preparar e no sétimo dia recebi um telefonema que minha filha havia falecido de falência múltipla de órgãos”, conta. “Entre naquele hospital como uma jovem grávida e saí quebrada, machucada, aleijada e sozinha”,

Durante muitos anos Paola teve problemas para dormir, crises de pânico, uma depressão severa e algumas tentativas de suicídio. “Jurei que nunca mais iria engravi-

dar”. Por sorte, essa promessa não foi cumprida e hoje, mãe de uma filha de um ano e 2 meses, voltou a alimentar sonhos como terminar um livro, viajar, passar tardes de domingo na cachoeira. Ciente de que é necessário combater a violência obstétrica assim como diminuir o preconceito com as jovens mães, tem um recado para os profissionais de saúde: “Respeitem o melhor dia de nossas vidas”.

Melissa Zenatti, de Piracicaba/SP, também foi mãe ainda jovem. Seu filho Gabriel nasceu de uma cesariana quando ela tinha 16 anos. Vários problemas no parto a fizeram temer uma segunda gravidez. Mas ela veio e junto a notícia de que ela não tinha o “útero virado para trás”, como lhe disse o médico para justificar o procedimento cirúrgico na primeira gravidez.

Traumatizada, tudo que Melissa não queria era ficar sozinha durante o nascimento do segundo fi-

lho. Seu marido, Miguel, lhe havia prometido que estaria ao seu lado mas, por determinação do hospital, não conseguiu cumprir a promessa. “Eu exigia a presença dele até que o chamaram e depois o colocaram em uma sala dizendo para esperar pelo momento do parto. Mas só o chamaram quando meu filho já tinha nascido”, relatou.

Estar novamente sozinha na hora do nascimento de um filho ocasionou problemas psicológicos a Melissa, que teve depressão pós-parto e foi procurar ajuda psicológica para enfrentar essa fase. “Mas a violência obstétrica também afeta o pai”, conta. Seu marido levou uma semana para conseguir falar do assunto e se sentiu culpado por não ter estado ao lado dela. “É preciso que as pessoas entendam que violência obstétrica, em qualquer nível, não é frescura. Não basta dizer “mas seu filho está bem” para quem enfrenta esse problema”, observa.



PIXABAY.COM

Funcionários da Prefeitura em ação de remoção de entulho; operação lotou 20 caminhões



FOTO: WAGNER MORENTE/PREFEITURA DE LIMEIRA/SP

# Sufrimento que demanda cuidados

**Acúmulo compulsivo**  
requer uma abordagem  
particular para cada caso

**D**e um em um. Mais alguns. E outros tantos. A soma não tem fim, ou melhor, perde-se a conta. O Acúmulo Compulsivo, ou Disposofobia, é uma condição que se materializa rapidamente. Entrar nesse uni-

verso é um processo que acontece quando já não é mais possível nem passar pela porta. A intervenção é um desafio. Diagnosticar os sinais (leia box) não basta. É preciso entender contextos de vida que tornam cada caso único.

Falar sobre a questão do acúmulo compulsivo em nossa sociedade nos remete a uma análise crítica sobre as formas preponderantes de sociabilidade frente a inúmeras mercadorias que, incessantemente, são apresentadas a todos

como úteis e necessárias. Nesse sentido, é importante compreender essa condição também como um desdobramento típico da vida em uma sociedade capitalista, sendo que o acúmulo compulsivo nos revela, de alguma forma, uma expressão da compulsividade e reificação que se dá socialmente.

Isso exige, no campo da Psicologia, estratégias de acompanhamentos e intervenções. E descobertas são bem-vindas para compreender a evolução desse sofrimento e tratá-lo adequadamente.

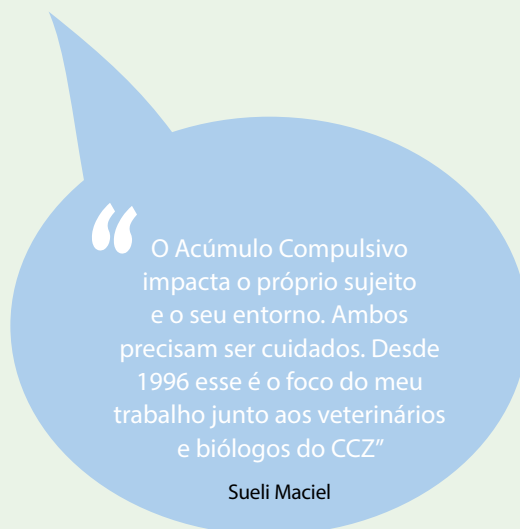
### O que a prática revela

Muitos casos só vêm à tona de modo dramático. Movidos por denúncias de vizinhos e pelo cumprimento de mandados judiciais, os serviços públicos de grandes cidades, como São Paulo por exemplo, se deparam com aspectos que tornam ainda mais complexa a tarefa de remover o excesso de materiais inservíveis e de animais dos domicílios das pessoas.

“Ao investigarmos situações que expõem comunidades a um risco, constatamos que, no centro desse problema, estão indivíduos que necessitam de cuidado”, afirma a psicóloga Regina Gomes, assistente técnica na área de Saúde Mental da Supervisão de Saúde - Vila Maria/Vila Guilherme, ligada à Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo Regina, desde 2012 acontecem articulações com vários órgãos da saúde pública para acompanhamento de casos com esse perfil, na zona norte da capital paulista. Esse trabalho é compartilhado pela psicóloga clínica Sueli Maciel, do Serviço Social e Psicologia do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de São Paulo.

“Lidamos com situações em nível de gravidade extremo, para vistoriar falta de higiene ou maus tratos com animais. O Acúmulo Compulsivo impacta o próprio sujeito e o seu entorno. Ambos precisam ser cuidados. Desde 1996, esse é o foco do meu trabalho junto aos veterinários e biólogos do CCZ”, conta Sueli.



“ O Acúmulo Compulsivo impacta o próprio sujeito e o seu entorno. Ambos precisam ser cuidados. Desde 1996 esse é o foco do meu trabalho junto aos veterinários e biólogos do CCZ”

Sueli Maciel

### Resgate de vínculos

O propósito de remoção de objetos e animais transforma-se em pano de fundo para uma cuidadosa abordagem quando o indivíduo é diagnosticado como acumulador compulsivo. Um passo inicial – decisivo para a continuidade do cuidado – é o resgate do convívio social, perdido com o avanço dessa condição.

“Temos de reconstruir com ele vínculos que não existem mais com a família ou amigos, com a comunidade, com os serviços públicos. Reverter um isolamento gerado pela cronicidade”, comenta Regina.

Segundo a psicóloga, as estratégias seguirão o ritmo da pessoa, e não necessariamente os passos do protocolo estabelecido. Isso requer várias visitas. E as “brechas” reveladas dirão como prosseguir e quando envolver a assistência social e os outros especialistas da área da saúde.

“Tentamos conhecer seu histórico pessoal e social, para entender o que deseja com aquela situação. Ouvir a pessoa é fundamental para traçar o caminho da intervenção. Avaliamos até a necessidade de atendimento de retaguarda, caso ocorra um surto ao confrontá-la com seu problema”, aponta Sueli.

### Contextos diversos

Nesse monitoramento, Regina e Sueli descobrem - além das situa-

ções estressantes que funcionaram como gatilho - uma diversidade de contextos do cotidiano, que dão contorno à problemática vivida pela pessoa. E observam que a perda do controle sobre o que é acumulado leva a outros acúmulos: de descuidos com a própria saúde, de dificuldades financeiras, de muitas relacionadas ao problema, que são ignoradas e chegam quase ao valor do imóvel em que a pessoa reside.

Há excessos que remetem a uma privação vivenciada no passado, durante uma guerra, por exemplo, em alguns casos. Por trás da coleta desordenada de materiais para reciclagem, existe o sonho de ter um negócio próprio. Há a compulsão por ofertas, com a compra de produtos sem critério ou necessidade. Ou ainda ▶

### Mais sobre o tema

- O artigo sobre o estudo do pesquisador David Tolin, no jornal da American Medical Association: <http://archpsyc.jamanetwork.com/article.aspx?articleid=1307558&resultClick=3>
- O blog criado pela Supervisão de Saúde - Vila Maria/Vila Guilherme, da Secretaria Municipal de Saúde de SP: <http://acumulocompulsivo.blogspot.com.br/>

uma carência afetiva, projetada para animais de estimação.

“Devemos ser terapêuticos já na intervenção, para que seja mais cuidadosa e menos estigmatizada”, explica Sueli. Para ela, os reality shows na TV sobre o tema fortalecem o preconceito, ao focarem mais no problema do que na solução.

Em boa parte dos casos, o sofrimento aparece associado a outras condições como demência em idosos, depressão e esquizofrenia ou mesmo a dependência do álcool.

A complexidade desse quadro pode acometer qualquer segmento social. “Acomete homens e mulheres de todas as classes socioeconômicas, com casa própria ou não, dos que possuem boa renda até os que vivem em situação de pobreza. A incidência entre idosos é grande, mas ocorre também na maturidade e, com menos frequência, entre os jovens.”

## Sinais de acúmulo compulsivo

- ➔ Acúmulo sem organização, utilidade ou lógica pré-estabelecidas – ao contrário do colecionismo ou mesmo do TOC, em que se observa a existência de um ritual.
- ➔ Incapacidade de jogar fora objetos ou doar animais recolhidos em excesso.
- ➔ Perda de controle sobre o que foi recolhido - a insalubridade passa a caracterizar uma condição de vida.
- ➔ O propósito da moradia é desvirtuado – todos os ambientes são gradativamente deteriorados e ocupados para abrigar o que é acumulado.
- ➔ Opção pelo isolamento, geralmente após o confronto por familiares, amigos ou vizinhos – a perda dos vínculos de convívio social é motivada por vergonha ou pela incapacidade de lidar com o problema.
- ➔ Prejuízo da crítica, com falta de percepção e grande resistência para aceitar que o acúmulo seja um problema – o nível de gravidade de cada caso será determinante para definir como sensibilizar a pessoa e conseguir dar o encaminhamento adequado.

### Acúmulo de animais

O excesso de animais é um quadro ainda mais complicado - por causa da existência de uma rela-

ção afetiva, principalmente com cachorros e gatos. A crença de poder cuidar muito bem de dezenas, e até centenas deles, transforma-se em uma incapacidade não mais percebida pelo acumulador.

“A maioria é de mulheres idosas, divorciadas ou viúvas, que vivem sozinhas. Tratam os animais como seus filhos. Gastam com eles toda a renda; a casa é deles. Propor a remoção dos bichos para adoção exige um cuidado enorme ao confrontá-las, pois nesse perfil, em particular, existe um apego muito grande”, descreve Sueli.

### Diálogo e prevenção

Segundo Regina, um seminário realizado em outubro desse ano, pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, deu destaque à questão. “Reunimos cerca de 650 profissionais do setor público de todo o Brasil. Foi o pontapé inicial para envolvermos na discussão instâncias que podem pensar em uma política pública abrangente para essa problemática.”

Um aspecto preventivo – que se aplica a adultos e crianças – é a atenção com o consumismo exagerado. “Somos induzidos a adquirir mais coisas. Mas podemos fazer do ato de doar algo tão prazeroso quanto comprar”, lembra Regina.



FOTO: WAGNER MORENTE/PREFEITURA DE LIMOEIRO/SP

# País enfrenta desafios



Novas e velhas questões em nossa sociedade: a patologização e medicalização da vida, o encarceramento em massa, o fundamentalismo religioso e as ameaças ao Estado laico

va “conhecida” entendida como correta, perspectiva que impede o diálogo com a diversidade. É uma ameaça ao bem estar psicossocial, pois implica num retrocesso para os avanços conquistados pela sociedade brasileira.

Para o escritor e professor de ciências sociais da Unifesp de Marília, Giovanni Alves, a nova massa de classes emergentes – a assim chamada “nova classe trabalhadora” – não é propriamente conservadora, mas sim, em geral, mal formada política e ideologicamente, com especial contribuição dos meios de comunicação de massa. Por estarem imersas no fetichismo da mercadoria, as pessoas, sobretudo agora, cultivam apenas o imediatismo dos sonhos de consumo e preservam valores da ordem burguesa, alguns deles, conservadores por causa da disseminação do consumismo, de carecimentos espirituais manipulados pela indústria da fé (neopentecostalismo). “A sociedade brasileira é muito manipulada por interesses conservadores e reacionários”, afirma.

O sociólogo, escritor e acadêmico brasileiro radicado na França Michael Löwy também é da opinião de que a ideologia conservadora é sistematicamente promovida pelos meios de comunicação (imprensa, TV), ao fazer dos eventos “criminosos” o tema principal, quase exclusivo, do espetáculo da mídia. “É uma velha tática das elites dominantes buscar ‘bodes expiatórios’ e mobilizar os pobres contra outros pobres”. O estudo-▶

**N**a linha do tempo da história, períodos de avanços do conhecimento científico/cultural e desenvolvimento social foram continuamente ameaçados ou interrompidos em algum momento por intervenções de forças reacionárias e censoras fechadas a novas ideias. Quase sempre as interrupções desencadearam um retrocesso em termos das conquistas anteriores, tornando necessário todo um novo trabalho para novamente construir o que se perdeu.

Isso interfere em todos os campos, da ciência, à arte, passando pela política, economia, religião e, claro, pelo comportamento das pessoas. Para a Psicologia, um cenário de desafios se coloca quando verificamos no Brasil toda uma

onda de ideias e diretrizes fundamentalistas, obscurantistas ou retrógradas e sem compromisso com avanços, se espalhando pela sociedade em seus diversos níveis. É como um tsunami que passa destruindo toda uma agenda de políticas que visem uma vida melhor para o indivíduo e o coletivo. Tais temáticas merecem especial atenção, na medida em que impactam a subjetividade das pessoas. Algumas destas questões serão abordadas nesta reportagem, a saber: a expansão do fundamentalismo religioso, um forte discurso pró-encarceramento, patologização e medicalização da vida.

O fundamentalismo é aquela tendência que procura reduzir as questões a uma única perspecti-

so, no entanto, lembra que não se trata de um fenômeno recente, mas que tem se intensificado nos últimos anos. Ele faz a ressalva de que todos os trabalhos de especialistas demonstram que não é com mais repressão, assassinatos policiais de supostos “delinquentes”, mais prisões e redução da maioridade penal que se vai reduzir a criminalidade: “Caso se investisse um pouco menos em polícias militares e tropas de choque, e um pouco mais na educação, e na redução do desemprego, os resultados seriam bem mais positivos”, acredita Löwy. Neste aspecto, Giovanni Alves também coloca como projeto desta pauta reacionária em alta a redução da maioridade penal, que além de não resolver o problema da violência social no Brasil, vai fazer com que crianças e adolescentes possam se formar desde cedo em condições de negação dos seus direitos e, pior, sob o rótulo de criminosos.

Giovanni Alves vê na pauta retrógrada, de imediato, o aspecto moral, com destaque para a questão do reconhecimento dos direitos das minorias sexuais (gays e lésbicas) e a questão do aborto.

Contudo, ele também enxerga que essa tendência vai além do campo da moral propriamente dita: existem temas-tabus como aquilo que altera o direito de propriedade privada - Reforma Agrária e Reforma Urbana, por exemplo, e ainda a Reforma da Mídia ou democratização dos meios de comunicação de massa. Há oposição incisiva a alterações nestes direitos sagrados da propriedade privada que preservam profunda

injustiça social no País.

A eleição de um Congresso Nacional nitidamente mais conservador e reacionário em 2014 é, para o escritor e acadêmico, sinal de que o Brasil com certeza pode entrar num período de grave retrocesso social e político. Enfim, ele reitera: “A pauta conservadora que a direita política prega neste País tão desigual e injusto significa aprofundar a barbárie social”.

### Patologização e Medicalização

Desde o final do século passado, a sociedade tem ampliado o processo de patologização e medicalização da vida em suas diversas esferas. Isto faz com que muitas vezes um problema que é coletivo acaba sendo transformado em problema individual, e é tratado como doença mental.

“O que vem acontecendo no mundo todo e também no Brasil é o aumento, numa velocidade realmente assustadora, na quantidade de pessoas diagnosticadas como portadoras de transtornos mentais”, afirma a médica e professora titular de Pediatria na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp Maria Aparecida Moysés.

Tais diagnósticos se aplicam especificamente nas áreas do comportamento e de aprendizagem e o discurso é o de que as diferenças são problemas, são sinais de doenças: “É como se todos fôssemos iguais, é uma tentativa de uniformizar, padronizar todas as pessoas, o que é algo totalmente irreal”, diz Maria Aparecida. A constatação de que tal discurso vem se transformando no ideário domi-

“ Percorri os locais onde se julga, se prende, se mata... Um fato nos chama a atenção sempre: em toda parte vedes duas classes bem distintas de homens, dos quais uns se encontram sempre nos assentos dos acusadores e dos juizes, e os outros nos bancos dos réus e dos acusados”

Michael Foucault, em  
“Vigiar e Punir”

nante traz consequências atemorizantes. Por exemplo, a professora cita estudos norte-americanos que quantificam que entre 30% e até 46 % dos americanos teriam algum transtorno mental. Especificamente sobre crianças, o dado médio é da ordem de 20%, sendo que de 10% a 15% das crianças teriam algum episódio, um surto de um transtorno mental em um ano. “São taxas assustadoras”, a professora alerta. Na Europa os números não são muito menores e no Brasil, na falta de números oficiais, o que se tem é um cenário não menos aterrador. O País é um dos maiores consumidores em nível global de medicamentos psicoativos. É o líder de consumo do ansiolítico Rivotril (nome comercial mais famoso para o clonazepam) e também grande consumidor de Ritalina (nome comercial do metilfenidato).

À medida em que o consumo de tais substâncias acalma e minimiza sintomas, silenciando e ocultando conflitos subjacentes, a tendência é que seu uso seja aceito socialmente. “É como se deixasse de existir problema”, diz a professora.

Na sua visão, o quadro se agrava porque há todo um processo de formação de novos profissionais nesse ideário, com grande influência da indústria farmacêutica, formando uma espécie de espiral viciosa que atende a interesses financeiros e políticos.

Tudo isso não deixa de ser um retrocesso, num campo em que os



PIXABY.COM

avanços vinham se dando no caminho de se reconhecer as diferenças entre as pessoas, de acolher as necessidades de cada um. “Aí, de repente vem um tsunami conservador, meio fascista, pregando que todos têm de ser iguais, pensar igual, agir igual, sentir igual, tudo na média. E quem se destaca, ou questiona, ou não aceita esses padrões, é rotulado como portador de um transtorno mental – apenas um eufemismo para não falar em doença mental”, afirma Maria Aparecida.

Ainda, a questão não se resume ao mundo da relação psicologia/psiquiatra e sujeito, mas sim já se configura numa questão coletiva, política, em que cada um faz sua parte, posicionando-se ou numa concepção medicalizante ou numa concepção crítica, que buque “despatologizar”. “Esse coletivo é construído por todos os profissionais. E cada um de nós deve se posicionar contra concepções que impregnam a psicologia, a medicina e outros campos de conhecimento e que retiram a vida de cena. Ou nos deixamos cooptar por esse ideário, ou optamos por ficar do lado da ética, da vida e das pessoas”, ela arremata.

### Encarceramento em massa

Para o professor de Criminologia da Faculdade de Direito da USP Mauricio Dieter, atualmente a opinião pública é extremamente favorável ao encarceramento em massa, porque ele é a expressão político-penal real da retórica do “combate à impunidade”.

Segundo ele, a prática parece ganhar mais adeptos em todos os projetos de controle social que se estruturam a partir do medo e do conhecimento vulgar. E o futuro não parece reservar um quadro diferente. Na opinião do professor, com uma classe política ignorante em criminologia e política criminal, a tendência de reforço às velhas estratégias de repressão seguirá agravando o problema nas próximas décadas.

Nos últimos dez anos, a população encarcerada mais que dobrou

no Brasil. Levantamento do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, referente a dezembro de 2012, totalizava 548 mil presos no País.

Para Mauricio Dieter, o aumento exponencial da população carcerária “corresponde à reestruturação do modo de produção capitalista no pós-fordismo, voltado à neutralização da massa de seres humanos que não têm qualquer possibilidade de integração social pelo trabalho”.

A fim de se obter uma solução possível para lidar com esta situação, diz Dieter, é preciso resgatar a função do Direito Penal no Estado Democrático, um discurso que sirva para favorecer a absolvição, criando sucessivos entraves à censura oficial. “Mas para isso precisamos de profissionais mais comprometidos com a defesa intransigente dos direitos fundamentais do que com a pretensão de satisfazer um falacioso interesse público que, de público, não tem nada”.

Mauricio Dieter acredita que os profissionais de compromisso democrático que atuam na interface com a Justiça podem atenuar o problema, mas a solução, para ele, não é jurídica, é política.

Outro ponto relevante diz respeito à descriminalização das drogas: “Uma medida urgente e quase consensual entre todos os criminólogos críticos é a regulamentação da produção, comércio e consumo de todas as drogas”.

### Fundamentalismo religioso e Estado laico

A expansão do fundamentalismo religiosos no País é, na opinião de Michel Löwy, um fenômeno bastante preocupante.

“Claro, cada pessoa deve ter o direito de ter a fé religiosa que quiser, seja fundamentalista ou não. O problema não é a religiosidade enquanto tal, mas a tentativa autoritária e intolerante de impor suas doutrinas ao conjunto da sociedade”.

O importante, segundo Löwy, é combater esta onda fundamentalista, em nome do caráter secular da



democracia, e com o apoio dos indivíduos e grupos religiosos que acreditam em valores de fraternidade humana, tolerância e respeito pelos que pensam de forma diferente.

Iniciativa recente de articulação entre diferentes instituições e movimentos sociais na luta contra o fundamentalismo religioso no Brasil é o Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL). “Podemos afirmar que se trata de articulação entre movimentos como: mulheres, LGBT, povos tradicionais e população negra, defesa da educação, saúde mental, direitos humanos, bem como instituições religiosas como comunidades de terreiro e povos de santo, Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, Comunidade Bahá’í”, detalha a psicóloga Tatiana Lionço, professora nos cursos de graduação e mestrado em Psicologia do Centro Universitário de Brasília.

Ela conta que se trata de um esforço coletivo de construção de estratégias para enfrentar o acir-

“Exemplificando com Maquiavel, quando o político surge da esfera religiosa e eclesial na época da Renascença, ele é antes de tudo apenas um puro jogo de signos, uma pura estratégia que não se preocupa com nenhuma “verdade” social ou histórica, mas, ao contrário, joga com a ausência de verdade (como, mais tarde, a estratégia mundana dos jesuítas sobre a ausência de Deus)”

Jean Baudrillard,  
“À Sombra das Maiorias Silenciosas”



© ANKENWIKI | DREAMSTIME.COM

ramento do conservadorismo e a legitimação da desqualificação moral que discursos religiosos fundamentalistas têm adotado no âmbito inclusive dos poderes públicos, sobretudo no legislativo, mas também no executivo.

O MEEL realizou atividades de articulação e prevê que diferentes atores sociais mobilizem localmente articulações de fortalecimento da luta pelos direitos humanos em sentido amplo. Na opinião dela, dentre os temas desta questão que despertam no momento maior volume de discussões está a educação, dado que no marco constitucional e legal o ensino religioso está previsto e tensiona a laicidade do Estado brasileiro. Outra questão bastante atual é o financiamento público de comunidades terapêuticas para o tratamento de usuários de drogas, que consistem em instituições privadas que se pautam mais em dogmas religiosos do que nos princípios legais que orientam as práticas de assistência à saúde no Brasil. Discursos desqualificadores sobre pautas das mulheres e do movimento LGBT também são importantes, e segundo Tatiana, o fundamentalismo religioso contribui para o acirramento da homofobia e a naturalização e banalização da violência de gênero. “Outra questão importante é a desqualificação moral de denominações religiosas não cristãs, sobretudo de matriz africana, o que denota o compromisso fundamentalista com a manutenção do racismo e projetos colonialistas de socieda-

de”, destaca a psicóloga.

Para ela, o desafio que profissionais de psicologia têm é duplo: não orientarem seu exercício profissional com base em sua própria fé religiosa e também não desqualificar, patologizar ou inferiorizar a fé religiosa alheia.

### E a Psicologia?

Mas de que maneira todas estas circunstâncias descritas e analisadas até aqui pelos diversos especialistas influenciam o trabalho da psicóloga/o? Para Odair Furtado, coordenador do programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP, todos eles afetam as pessoas de uma maneira geral. Mas a psicóloga/o deve dar atenção especial ao problema que representa o sofrimento produzido pela intolerância, pelo preconceito, pela exclusão, que afetam principalmente grupos humanos desprotegidos e fragilizados. “A/o psicóloga/o também é afetada/o pela construção do pacto social e quando esse pacto apresenta desvio conservador como o momento atual, com expressão de segregação e discriminação de grupos sociais, ele deve ter presente o seu código de ética e de conduta, que foi reformulado há pouco tempo com amplo debate na sociedade e no sistema Conselhos de Psicologia”, afirma.

Para Furtado, ninguém melhor que a/o psicóloga/o sabe que as questões individuais são geradas socialmente e que momentos de crise social aumentam ou agravam os casos individuais. “Além disso, ele é um profissional que entende

## Ações dos Conselhos de Psicologia

A Psicologia, por meio do Sistema Conselhos de Psicologia, está atenta à questão, pois em seu projeto ético-político expresso nos sete princípios do Código de Ética prevê a manutenção do diálogo das conquistas sociais, fundamentais para a sustentação da qualidade de vida. Neste sentido, tem produzido referenciais importantes para orientar a categoria em suas ações, bem como, alertar a sociedade brasileira frente aos graves perigos da ideologia fundamentalista. Como, por exemplo, podemos citar a “Carta dos Conselhos de Psicologia à População Brasileira: Psicologia, Laicidade e Discurso Religioso nas Eleições”, ou a “Moção de Repúdio contra ações reducionistas que atentem contra a liberdade de Crença e Consciência”, proposta pelas (os) delegadas (os) do VIII Congresso Nacional da Psicologia, instância máxima deliberativa da categoria. O CRP SP publicou recentemente também uma nota em relação à avaliação para prescrição de metilfenidato. Esses documentos e outros podem ser acessados no site do Conselho, trazem o posicionamento da profissão frente a essas questões. O CRP SP está inserido diretamente na construção desse processo e vem dialogando, interna e externamente, procurando contribuir para a construção desses posicionamentos. Acompanhe!

o problema social do ponto de vista psicossocial e aí tem a oportunidade de intervir de forma mais coletiva”. As Unidades Básicas de Saúde (UBS), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), as ações de matriciamento na saúde, o campo da educação e do trabalho representam, segundo Furtado, espaços de trabalho social em que a/o psicóloga/o pode, deve e é chamado a analisar e intervir.

# Diálogo entre CRP SP e categoria norsteia comemorações do Dia da/o Psicóloga/o



Com o projeto “Psicologia todo dia, em todo lugar, para uma sociedade mais democrática e igualitária”, Conselho busca uma aproximação maior com as/os profissionais e estudantes da área

Uma compreensão maior da prática das/os psicólogas/os de todo o Estado de São Paulo deu o tom das comemorações do Dia do Psicólogo, celebrado em 27 de agosto. Com atividades em mais de 20 municípios, o CRP SP, por meio de suas dez subsedes, lançou neste ano o projeto “Psicologia todo dia, em todo lugar, para uma sociedade mais democrática e igualitária”, com o objetivo de intensificar o diálogo com os profissionais da categoria. Cerca de dois mil profissionais participaram das atividades realizadas.

De acordo com Elisa Zaneratto Rosa, presidenta do CRP SP, a meta é justamente promover uma aproximação mais permanente entre a gestão do Conselho e a prática das/os psicólogas/os. “Buscamos reconhecer que há muitos anos queremos uma psicologia comprometida com a igualdade e a democracia e hoje queremos saber como as psicólogas/os estão atuando neste sentido”, ela afirma.

Para isto, foram confeccionados painéis nas dez subsedes, onde as profissionais puderam expor suas opiniões e demandas em relação ao Conselho e à própria profissão, assim como compartilhar experiências. Segundo Gustavo de Lima Bernardes Sales, Conselheiro da gestão do CRP SP e coordenador da subsede de Campinas, o objetivo é se pautar a partir do que psicólogas/os apresentam: “Buscamos subsidiar, ou até dar potência, para aquilo que a

psicóloga/o está fazendo na ponta a partir do que a pessoa nos trouxe, e não o contrário”, afirma.

Em Campinas, uma das propostas do projeto “Psicologia todo dia em todo lugar” já vem de algum tempo: desde 2012 acontece uma série de encontros chamada “Dia a dia da Psicologia”. Nela, as/os profissionais da região se reúnem e pautam temas para serem discutidos pelo coletivo. Segundo Gustavo, o objetivo para o futuro é justamente levar isto para outros lugares: “Estamos fechando uma espécie de circuito para cada vez mais regionalizar o Conselho, deixando-o mais próximo possível da categoria em termos de acesso, debate e orientação”.

Além dos painéis, diversas atividades foram realizadas nas cidades contempladas pelas subsedes.

Intervenção artística realizada pela subsede de Campinas do CRP durante o Dia da/o Psicóloga/o



A subsede de Ribeirão Preto, por exemplo, promoveu um sarau apresentado por psicólogas/os convidadas, assim como encontros entre coletivos. Segundo Dario Henrique Teófilo Schezzi, conselheiro e coordenador da Subsede de Ribeirão Preto, a ideia é que estes coletivos possam pautar a discussão de psicologia clínica ao longo do próximo ano. “Queremos fazer este diálogo com a categoria de forma criativa — seja através de coletivos ou atividades culturais —, mas finalizando de uma forma muito leve, que faça com que as psicólogas/os queiram fazer isso com a gente”, afirma o conselheiro. “A marca do projeto é o desejo de que as psicólogas/os entendam que o CRP é um espaço seu, e que precisam ocupá-lo”, completa.

O projeto não acabou após as comemorações do Dia da/o Psicóloga/o: o CRP SP abriu uma nova fase, convidando todas/os as/os profissionais a se expressarem também através de vídeos curtos, a serem publicados no site (<http://www.crp.org.br/psicologiatododiaemtodolugar>). Segundo Elisa, a partir dos vídeos, serão selecionadas práticas inovadoras e exitosas que contribuam para a categoria e a sociedade, e o Conselho irá até a profissional para conhecê-lo e pensar em maneiras de dar visibilidade para seu trabalho. “É importante não perder a ideia de sociedade democrática. A psicologia está todo dia em todo lugar para uma finalidade”, conclui a presidenta do CRP SP.

# Bauru discute atuação em organizações e empresas

Cidade sediou o 1º Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Centro-Oeste Paulista



FOTO: CRP SP

Estagiários e psicólogos/os formados na região contaram experiências no trabalho em organizações

A Psicologia Organizacional e do Trabalho foi tema de debate em setembro. Realizado em parceria por instituições de ensino do interior paulista, o 1º Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Centro-Oeste Paulista aconteceu entre os dias 3 e 6 de setembro, no campus da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em Bauru. Apoiado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, o evento foi uma ação conjunta entre as instituições de ensino Unesp, Senac, Unip e Anhanguera, e contou com o apoio de diversas empresas.

Com o intuito de discutir a área da Psicologia Organizacional do Trabalho a partir de uma visão macro, o Congresso surgiu a partir de uma ideia de um grupo de pesquisa da Unesp comandado por Mário Lázaro Camargo, que assumiu a presidência da comissão organizadora do evento. Segundo Silvana Almeida da Silva Lima, gestora da Subsede de Bauru do Conselho Regional de Psicologia, o objetivo principal foi o de favorecer o espaço de reflexão sobre a formação profissional do psicólogo

e sua atuação na área organizacional do trabalho.

Outro ponto priorizado pelo evento foi o de incentivar as trocas de experiência entre os profissionais e estudantes da área. Para isso, a programação se dividiu entre conferências, mesas redondas, minicursos e apresentações de trabalhos, onde estagiários e psicólogos/os formados/os na região tiveram a oportunidade de falar sobre suas experiências no mercado de trabalho nas organizações. “Tínhamos como objetivo proporcionar uma discussão a partir da perspectiva de atuação da/o psicóloga/o profissional. Pensar com o que pode contribuir nas organizações neste mundo tão versátil e dinâmico, com tantas mudanças rápidas acontecendo”, afirma Silvana.

Para isso, abriu-se espaço para discutir não só a atuação e a demanda por profissionais de psicologia em diferentes organizações, mas o mercado de trabalho como um todo. “Pensamos nas demandas tendo em vista os pontos de vista políticos, técnicos e, sobretudo, éticos na prática do exercício da psicóloga/o profissional”, complementa a ges-

tora da Subsede de Bauru. Desta forma, foram definidos alguns eixos temáticos para cumprir os objetivos propostos, sendo eles: a formação em Psicologia Organizacional e do Trabalho, o comportamento humano no trabalho e nas organizações, a gestão de pessoas, a saúde e qualidade de vida do trabalhador e a orientação profissional.

A cerimônia de abertura, que contou com a presença da Professora Maria das Graças Mazarin de Araújo, conselheira e representante do CRP SP, abordou os desafios à formação e atuação na área da psicologia organizacional e do trabalho no início do século XXI.

Além da gestora Silvana e da conselheira Sandra Esposito, outros representantes do Conselho também participaram ativamente do evento: o professor Eduardo Pinto e Silva participou de uma mesa redonda sobre o assédio moral no trabalho e a atuação do psicólogo organizacional e do trabalho nestas situações. O debate, mediado pela professora Silvana, gerou diversas reações positivas, assim como a mesa inicial com a participação da professora Maria das Graças.

Segundo Silvana, a participação e apoio do CRP SP foi fundamental para a realização do evento, tornando possível que ele acontecesse. “Toda a comissão organizadora achou muito positiva o apoio do Conselho, e acredita que seja imprescindível a participação dele para a realização do próximo Congresso, que acontecerá no primeiro semestre de 2017”, conclui Silvana.

Saiba mais em  
[www.congressopot.com.br](http://www.congressopot.com.br)

# Troca de experiências

## Na pauta, a psicologia escolar

Encontro da ABRAPEE discute os desafios para a educação

A Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) realizou, entre os dias 25 e 27 de setembro, em Bauru, a segunda edição de seu encontro paulista. O evento, que já havia sido realizado na Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo em 2012, desta vez foi sediado nas unidades da Universidade Paulista (Unip) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) da cidade do interior paulista.

Com um público de aproximadamente 300 pessoas, formado em sua maioria por psicólogas/os e estudantes de todo o País, o encontro da ABRAPEE teve como diretriz a discussão de temas da psicologia escolar e questões de políticas públicas voltadas à

educação. O eixo organizador do evento seguiu cinco temas: intervenções no processo de ensino e aprendizagem, inclusão escolar, violências e violação de direitos humanos, medicalização e formação de professores e gestão democrática. Segundo Flávia da Silva Ferreira Asbahr, professora do departamento de psicologia da UNESP e membro da comissão gestora da subsede de Bauru do CRP, a ideia do encontro foi pensar qual o papel da/o psicóloga/o em relação a estes temas e às políticas públicas voltadas para a área da educação. “Esses encontros são importantes, pois congregam pesquisadores e profissionais da área, que encontram pessoas que, ao trabalhar e estudar o mesmo tema, passam pelas mesmas dificulda-

des e podem partilhar conhecimento e experiências”, ela explica.

Ao longo dos três dias de evento, a programação contou com a apresentação de pôsteres e trabalhos, sessões de comunicação oral, conferências e mesas redondas. O CRP SP colaborou com a programação, realizando duas mesas redondas. A primeira, com o tema “Enfrentando a medicalização: contribuições da psicologia para a construção de políticas singularizantes”, foi coordenada pelo conselheiro Luís Fernando de Oliveira Saraiva. Já a outra mesa de discussões abordou o tema da “Educação e suas interfaces com políticas públicas intersetoriais”, e contou com a coordenação da professora Marilene Proença Rebello de Souza, ex-presidente e atual componente do núcleo de educação do CRP SP.

Diversos profissionais e acadêmicos da área participaram das discussões, que também tiveram um caráter colaborativo. Desta maneira, além das mesas que estavam previstas pela organização, outras foram incentivadas a se formarem a partir dos próprios visitantes do encontro, numa atividade chamada “Partilhando Experiências”. “Um evento como esse proporciona justamente este encontro, a troca de experiências e a busca por outros conhecimentos”, afirma Flávia

Para encerrar, o evento ainda teve a posse da nova diretoria da ABRAPEE para o biênio 2014/2016, ano em que acontecerá a próxima edição do encontro paulista da Associação. Até lá, em 2015, ainda acontece a 12ª edição do Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE), em São Paulo.

O primeiro dia contou com a apresentação da Orquestra Municipal de Bauru para a abertura do evento



FOTO: CRP-SP

# Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas: contradições em SP



**Ministério Público Estadual** reclama dos atrasos do Sinase; documento prevê acompanhamento máximo de 10 adolescentes para cada psicóloga/o

O Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) foi criado pela Lei 12.594, de 2012 e busca uniformizar, em todo o País, o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e o processo de apuração de infrações cometidas. A proposta envolve uma reformulação tanto da estrutura física das uni-

dades socioeducativas, quanto do atendimento ao adolescente que cometeu ato infracional, a partir de ações combinadas que vão desde a área da saúde, assistência social e psicológica, educação e profissionalização.

Em agosto deste ano, o Ministério Público de São Paulo, por meio da Promotoria da Infância e Juventu-

de, entrou com uma ação civil pública contra a Fundação Casa, questionando a superlotação em 106 das 116 unidades que ela administra. Com 65 laudas, a ação também questiona outro ponto importante no processo de socioeducação do adolescente, que é a necessidade de a instituição se adequar à lei. São Paulo é o Estado que responde pelo maior número de unidades socioeducativas do País. A conclusão a que chegou o MP foi de um déficit de 1.470 vagas em todo o estado.

Segundo o promotor Tiago de Toledo Rodrigues, um dos responsáveis pela elaboração da ação pública, a ideia do recurso foi exigir medidas para que seja suprido o déficit das vagas para internação no estado no prazo de seis meses. “Queremos que seja restabelecido o padrão mínimo para chegarmos a um segundo passo que permita uma situação um pouco mais razoável”, disse. A superlotação, na sua avaliação, corrói de maneira quase que definitiva o trabalho socioeducativo que o adolescente deveria receber para sua reabilitação.

A adequação da política estadual de socioeducação ao Sinase é outro ponto importante para o Ministério Público. “Há um problema de visão equivocada do governo estadual de que o Plano Socioeducativo é uma diretriz, uma referência, e não uma lei que já deveria estar sendo cumprida”, diz o promotor.

Há especialistas e entidades especialmente envolvidas e dedicadas para que o quadro melhore. Roberto Silva, professor livre docente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da USP, foi o represen-

RENATA LEMBO

tante da Universidade no Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo, o Conselho Curador da Fundação Casa. Na USP, ele coordena o GEPÊPrivação (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade) e integra a Regional da Lapa da Pastoral do Menor, que tem sob sua coordenação quatro programas de medidas socioeducativas em meio aberto. Para ele, se estados e municípios cumprissem integralmente as disposições do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) não se teria necessidade de um Sinase. Entre o que já foi feito, ele cita a descentralização das unidades de atendimento, o desmonte de alguns grandes complexos de internação, mas não de todos; a informatização parcial dos procedimentos de internação, mas não sua integração ao SIPIA (Sistema de Informação para Infância e Adolescência), do governo federal; e a municipalização das medidas em meio aberto.

Roberto Silva lamenta que a Fundação Casa não assuma nenhuma responsabilidade pela pré internação nem pela pós internação. “Isso significa que ela não faz nada no sentido da prevenção, nem do ato infracional, nem da reincidência”, assinala.

## Psicologia

Para o psicólogo Paulo Kohara, que trabalha na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, as principais dificuldades referem-se às expectativas que se tem sobre a atuação socioeducativa e às condições de trabalho oferecidas aos profissionais de psicologia. “Avalio que o que se espera sobre a eficácia do trabalho socioeducativo é desproporcional aos investimentos que são feitos na área, o que sobrecarrega o profissional na construção dos planos individuais de atendimento”, diz. Para ele, ainda que se avaliasse exclusivamente a expectativa que se deposita sobre a medida socioeducativa - que é a de uma intervenção capaz de afastar definitivamente o adolescente do ato infracional após

toda uma história (pessoal, quando não de gerações de sua família) de pouco ou nenhum investimento público em sua educação, desenvolvimento, cultura, lazer, saúde e condição social -, ainda assim se trataria de uma tarefa “hercúlea”. Ele soma a essa dificuldade um atravessamento presente no tecido social e, conseqüentemente, nas instituições, quanto à avaliação da periculosidade desses adolescentes. “O resultado dessa equação é um trabalho socioeducativo que responsabiliza o profissional por resultados que desde o princípio ele não tem condições materiais de alcançar, culminando, de um lado, com o aumento da pressão e com o adoecimento dos trabalhadores e, de outro, com a psicologização e com a ineficácia das medidas socioeducativas”, conclui Kohara.

O promotor Tiago Rodrigues também ressalta que o Sinase prevê acompanhamento psicológico ao adolescente, um ponto importante para o processo de ressocialização do jovem. “Não sabemos até agora como será atendida a recomendação de que cada psicóloga/o trabalhe com o máximo de 10 adolescentes”, diz. Sobre isto, Paulo Kohara concorda que o número atual está muito longe dessa proporção. Entretanto, ele acredita que a proporção de adolescentes por psicóloga/o não basta para aperfeiçoar as medidas socioeducativas caso não se discuta o papel desses profissionais.

O psicólogo crê que a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto é positiva, pois favorece uma atuação intersetorial dos profissionais e a inclusão comunitária dos adolescentes. Kohara também acredita que a medida de internação, em que pese os avanços históricos, ainda se assemelha excessivamente com o sistema penal/punitivista e deveria urgentemente se afastar desse modelo. “Muito da pressão a que os profissionais estão submetidos deriva de uma lógica na qual se pressupõe que a ciência psicológica poderia servir para atestar ou não a periculosidade dos adoles-

centes, salvaguardando a sociedade”. Segundo ele, a psicologização do ato infracional nesses termos, somado ao número de casos acompanhados por cada profissional, faz com que o atendimento socioeducativo fique em segundo plano e as/os psicólogas/os tenham que se preocupar mais com a segurança jurídica de seus pareceres do que com contribuição da psicologia para a vida desses adolescentes. “Ruim para os psicólogos que trabalham com receio, tendo que se armar de todos os lados; ruim para os adolescentes que ao invés de um ponto de apoio encontram um vigia”, diz Kohara.

## Defensoria

Também na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes, defensora e coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado da Infância e Juventude, lembra que o órgão tem atuado em diversas frentes para implementação do atendimento socioeducativo em SP, através da organização de seminários de capacitação e estudo do tema, visando a discussão com os diversos atores sociais envolvidos na implementação do Sinase.

Há por exemplo na Defensoria o Projeto “Defendendo a Socioeducação”, que visa colaborar para a efetiva melhora do atendimento oferecido pelos serviços de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade em sua dimensão jurídica, política, pedagógica e social. “Por meio de uma proposta de formação dos profissionais que atuam nestes serviços e nos demais órgãos que com eles possuem interface, o Projeto vislumbra dar oportunidade, através de palestras e debates, à discussão do modelo municipal vigente de atendimento socioeducativo, com vistas a indicar estratégias para seu aprimoramento à luz do Sinase e de outras normativas nacionais, notadamente da assistência social”, afirma Bruna.

## Acompanhamento legislativo pelo CRP SP

O CRP SP acompanha no momento 260 projetos de lei relacionados às áreas de direitos humanos, políticas públicas, infância, justiça, assistência social, formação, saúde, educação, trabalho, questões da terra e raça, métodos e técnicas psicológicas, mídia, esporte, álcool e drogas, sexualidade e gênero, entre outras.

Destacamos a realização de

debates com a categoria e autoridades dos poderes executivo e legislativo, e a produção de material sobre as 30 Horas, SuperSimples, Revista Vexatória, Segurança Pública, Exame Criminológico, Castigo e Tratamento Cruel ou Degradante, Qualificação na Formação, Estatuto da Família, Novo PL Ato Médico, PEC das Metas e Autos da Resistência.

Além disso, discutimos, em âmbito nacional, a internação de usuários de álcool e outras drogas e, juntamente com a ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional), dialogamos com o Secretário Municipal da Educação sobre o serviço de assistência psicológica nas escolas, participando ativamente da sua regulamentação.



### Programa diversidade

O espaço da Psicologia na TV e nas redes sociais

- Confira a grade no nosso canal no YouTube: Programa Psicologia, Educação e Deficiência Programete 3: 13/01 estreia com legenda. Programete 4: 27/01 estreia com legenda.

- Confira também a grade do Canal Universitário – CNU Net: canal 11 Vivo TV: canal 71 ou 187 Exibição do Programa Psicologia, Educação e Deficiência no Canal Universitário Estreia Quinta-feira: 22/01 às 23h Reprise Sábado : 24/01 à meia-noite Reprise Segunda-feira: 26/01 às 14h Reprise Sábado: 31/01 à meia-noite

## CRP SP lança Caderno Temático 14

“Contra o Genocídio da População Negra: Subsídios Técnicos e Teóricos para Psicologia”

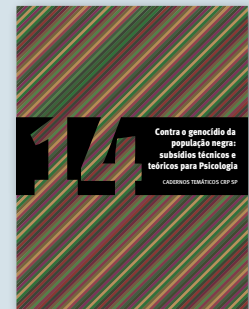
Nos últimos anos, houve um aumento significativo da violência contra a população negra no Brasil. Segundo pesquisa realizada pelo IPEA e o dossiê realizado pelo Comitê Contra o Genocídio da Juventude Preta, Pobre e Periférica da Cidade de São Paulo, os dados que relacionam mortes por assassinato à faixa etária e à raça são alarmantes e apontam para a existência de um projeto de genocídio em curso no Estado Brasileiro.

Diante dessa conjuntura, o CRP SP organizou em 31/05/2014 o evento Contra o Genocídio da População Negra: Subsídios Técnicos e Teóricos para Psicologia.

Em 29/11/2014, foi lançado o Caderno Temático 14,

“Contra o Genocídio da População Negra: Subsídios Técnicos e Teóricos para a Psicologia”, com o objetivo de promover o encontro entre os diversos profissionais que atuam nessa temática, assim como fomentar um momento de debate e discussão com os movimentos e organizações sociais que trabalham essa questão.

Faça o download no site do CRP SP: [www.crpssp.org.br](http://www.crpssp.org.br)



### Errata

Na Edição anterior do Jornal PSI, nº 179, na página 6, foi publicada de forma incorreta a descrição de Perito e Assistente. Segue a descrição correta:

A/O perita/o é uma/um profissional indicada/o por um/a juiz/a, a quem cabe realizar avaliações psicológicas de envolvidos em processo judicial.

Em seu relatório/laudo, a(o) psicóloga(o) perita(o) deve apresentar indicativos pertinentes à sua investigação que subsidiem o(a) juiz(a) em sua tomada de decisões.

A/O assistente técnica/o é uma/um psicóloga/o contratada/o pela parte em litígio, para acompanhar o trabalho da/o perita/o.

Esta/e profissional deve ser capacitada/o para questionar tecnicamente a análise e as conclusões realizadas pela/o perita/o, elaborando quesitos que dissipem dúvidas e/ou abordem aspectos não contemplados.



# Um lar para chamar de seu

A luta pela **reforma política** na agenda dos movimentos pelo direito à moradia

**D**e acordo com pesquisa da Fundação João Pinheiro, para o Ministério das Cidades com base em dados do IBGE (leia box), o déficit habitacional no Brasil em 2012 era de 5,8 milhões, o equivalente a 9,1% do total de domicílios do País. Ou seja, este é o número de pessoas/famílias que vivem em moradias não adequadas para seus habitantes.

Na região metropolitana de São Paulo, o quadro é ainda mais preocupante. Em apenas um ano, o déficit cresceu 18,2%, com 700 mil famílias vivendo em residências consideradas inadequadas, e o alto preço dos aluguéis, bem como o crescente valor do metro quadrado, é apontado como principal agravante.

A situação não é nova no meio urbano e, ao longo das três últimas décadas, muitos grupos vêm tomando corpo para uma reivindicação conjunta em busca de uma solução de moradia – direito individual assegurado pela Constituição.

Na cidade de São Paulo, os moradores inicialmente se organizaram por bairros, para melhor poder reivindicar condições de habitação ou mesmo assegurar acesso a sistemas de saneamento básico, iluminação etc. É neste contexto que vários grupos se formaram, desde iniciativas como a Cooperativa de Catadores de Papel do Centro, até grupos organizados de moradores de cortiços. Hoje, tais agremiações são majoritariamente constituídas por pessoas de baixa renda, camelôs, moradores de cortiços, varredores de rua, pessoas em situação de

rua e tantos outros que carecem de condições dignas de habitação.

Em decorrência do agravamento da situação, num ambiente de especulação imobiliária crescente e inflação de aluguéis há diversas organizações com diferentes formas de atuação. MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), ULCM (Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia) e o MMC (Movimento de Moradia da Cidade de São Paulo) entre eles. É no MMC, associação que defende ocupações – e não invasões –, que a reportagem do PSI encontrou dois personagens cujas histórias pessoais de luta, tanto pela moradia quanto pela representativi-

dade dos cidadãos na organização política, fazem a diferença entre o discurso e a praxis.

Os personagens aqui não têm casa própria, atuam no movimento de forma contínua, e tiveram também participação ativa e marcante na realização do Plebiscito Constituinte, uma iniciativa popular que colheu quase 8 milhões de assinaturas em prol da convocação de uma constituinte específica para uma reforma política.

O primeiro deles é Paulo de Tarso W. Frangetto. Psicólogo aposentado, é associado ao MMC, além de ser conselheiro da Prefeitura de São Paulo na área de Saúde, onde sua luta é pela reforma psiquiátri- ▶





FOTOS: KINHO SCHIANO

### Movimentos por moradia também presentes em atos políticos

ca antimanicomial. PT Frangetto, como é conhecido, dedica esforço pessoal para documentar toda a luta do movimento nas redes sociais, com blog ([www.ptfrageto.blogspot.com](http://www.ptfrageto.blogspot.com)), vídeos, históricos, registrando os passos mais importantes do grupo, que hoje contabiliza cerca de 4 mil famílias na cidade de São Paulo.

Tendo atuado em várias áreas, como psicólogo ou como educador, Frangetto foi desde diretor de creche até pesquisador dos catadores de rua. Ele passou por diversas coordenadorias e organizações, sempre com foco na área de atendimento social, tendo trabalhado junto a populações de rua, até que se aproximou dos movimentos pró-moradia.

Pelas circunstâncias da vida, acabou ele próprio sem um teto para si, e hoje Frangetto mora no centro da cidade de São Paulo, região do Glicério, no que define como um "puxadinho", onde paga o aluguel que seus rendimentos permitem.

Ele faz relação direta entre a sua condição de sem moradia com sua atuação no Plebiscito Constituinte. Lá também, participou da formação e registrou todos os desdobramentos, em blog e vídeo. Para ele, o plebiscito foi apenas uma etapa de algo muito maior, que tem a ver com vários anseios para uma sociedade melhor, e não diz respeito apenas à moradia. Paulo Frangetto

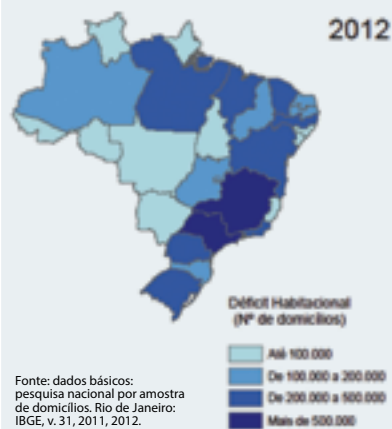
destaca que uma das propostas da reforma é acabar com o poder econômico influenciando as eleições. "Essas 8 milhões de pessoas que se manifestaram darão um norte pra começarmos a pressionar por uma reforma", diz.

O conselheiro municipal da Saúde discorda da abordagem da mídia sobre os passos do movimento de moradia popular. "A imprensa coloca assim: eles 'invadiram'. A gente não invade, a gente ocupa. Sabemos quais são os prédios que não pagam impostos, que estão jogados aos ratos e pombos". Para ele, nem todos os movimentos agem desta forma, havendo quem faça "movimento imobiliário", em busca de sublocação, exploração. Ele lembra que no MMC as pessoas são orientadas a exercerem um ato político, pois o objetivo é também pressionar para que haja investimentos, e reformas. "No nosso movimento é todo mundo muito pobre. Queremos que as pessoas pensem politicamente. Não queremos dar uma casa, estamos aqui pra conquistar casa, dignidade, saúde, para transformar a sociedade". Para Paulo de Tarso Frangetto, a criminalização dos movimentos sociais é um fato terrível.

### Dirigente

Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, é um dos nomes mais importan-

## O déficit habitacional nas metrópoles



Estudo feito pela Fundação João Pinheiro/MG, para o Ministério das Cidades, com base em dados do IBGE em nove metrópoles do País (Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Recife e Salvador), em 2011 e 2012, aponta o alto valor dos aluguéis como principal causa do grande déficit habitacional nas grandes cidades.

Ainda no levantamento, as regiões Sudeste e Nordeste apresentam, respectivamente, déficit de 2,3 e de 1,7 milhões de residências. Em seguida, vem a região Sul, com 604 mil; Norte, com 575 mil, e o Centro-Oeste, com 464 mil domicílios. Proporcionalmente, o maior índice em relação ao total da população se refere à Região Norte, com 12,5%.

São Paulo (1,3 milhões), Minas Gerais (510 mil), Rio de Janeiro (444 mil) são os estados líderes. A composição do déficit habitacional em 2012 mostra que o componente com maior peso no déficit é o ônus excessivo com aluguel, seguido pela coabitação.

tes em âmbito nacional na questão da luta por moradia urbana. Ele é o coordenador político do MMC e também secretário de relações internacionais do CMPB (Central de Movimentos Populares do Brasil), que representa entidades de 21 estados e tem uma agenda mais ampla, pleiteando avanços nas áreas de saúde, educação, mulheres, negritude, LGBT etc. Gegê também foi coordenador nacional do comitê do Plebiscito.

Um dos 8 filhos de um agricultor do Sertão da Paraíba, Gegê fez desde a juventude uma ligação muito forte entre o campo e a cidade. Começou ainda estudante, quando ajudou na alfabetização de grupos sertanejos. Cursou Mecânica na Escola Técnica Federal, onde foi dirigente da banda da escola,



Paulo de Tarso Frangetto: pela reforma constituinte e pela moradia

## Plano Diretor de São Paulo é alento

O novo Plano Diretor Estratégico (PDE), sancionado pela Prefeitura de São Paulo neste ano, fortalece estratégias para a implementação da política habitacional da cidade para a população de baixa renda. O plano, que define os rumos do desenvolvimento urbano pelos próximos 16 anos, traz inovações como a ampliação em 107% das áreas demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) voltadas à produção de moradias populares.

Também foram demarcadas novas áreas de ZEIS na periferia, com vistas à reurbanização e regularização fundiária de habitações precárias. Elas poderão, desta forma, receber melhorias, infraestrutura e ter sua documentação regularizada.

Há a criação da Cota de Solidariedade, que estabelece mecanismos de contrapartida para grandes empreendimentos. Aqueles com mais de 20 mil m<sup>2</sup> de área construída devem destinar o correspondente

à 10% de sua área para Habitação de Interesse Social (HIS).

Ainda, o Plano vincula 30% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) para a produção de Habitações de Interesse Social (HIS), priorizando a compra de terrenos bem localizados. O prefeito Fernando Haddad declarou que o Plano está alinhado com o que de moderno existe em diretrizes urbanas no mundo. O Plano também regulamenta dispositivos para inibir a ociosidade de imóveis localizados em áreas com grande infraestrutura.

Também foi firmado recentemente convênio entre Prefeitura e governo do estado para garantir moradias no centro da cidade. Por meio dele, serão viabilizadas 14 mil unidades habitacionais no centro expandido. O aporte da Prefeitura será de R\$ 280 milhões. As obras serão executadas por meio de PPP – parceria público-privada. O projeto se destina a famílias trabalhadoras do centro da cidade.

atleta e finalmente ativista político, militante do então PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), que se opunha à ditadura militar. Perseguido pelo regime, foi preso, torturado. Até que em 1974 fugiu para São Paulo, segundo ele mesmo “para não morrer”.

Ao chegar à capital, foi empregado como operário na construção civil e aproximou-se do movimento estudantil e político de São Paulo por via curiosa: estava trabalhando na construção do prédio da Faculdade de História, na USP, onde acabou conhecendo os estudantes. O emprego na construção civil ele perdeu no dia em que o encarregado viu os livros que mantinha no alojamento: Marx e Lênin eram alguns dos autores.

Gegê ingressou na indústria paulista e no seu pulsante movimento sindical, tendo sido gráfico, vidreiro, até que se firmou no Sindicato dos Trabalhadores Sapateiros e Coureiros de São Paulo. Mudou-se então para um cortiço na região central, onde era explorado junto com o grupo, por um atravessador que os extorquia com ligações clandestinas de água e luz.

Veio o despejo, em meados dos anos 80, na gestão do então prefeito Jânio Quadros. Sem moradia, Gegê passou a residir no próprio sindicato onde atuava. Foi onde começaram as primeiras reuniões pró-moradia, cedidas inicialmente a 40 famílias que ali se reuniam. Este foi o embrião do movimento do Bom Retiro, que englobava diversos outros grupos pró-moradia. O MMC hoje fica na rua Nioac, região da Praça da Sé.

Gegê explica que são vários os grupos que se reúnem na região central e também nos bairros. “Passamos por altos e baixos, momentos de tristeza, alegrias, choros. O sistema capitalista não tem dó de ninguém”. Mas ele também cele- ▶



“Pensamos que o importante é morar com dignidade, não o título da propriedade, embora para as famílias também isso seja importante”

Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê

necessidade na cidade de São Paulo, “necessidades estas que eram pra ontem, não são pra hoje nem amanhã”, nas suas palavras. Soma-se a isso a morosidade do poder público no seu atendimento.

Mas se a interlocução com o poder público melhorou – e Gegê atesta a boa receptividade da atual administração municipal – por outro lado a burocracia trava os processos. Sobre a sua participação no Plebiscito Constituinte ele destaca uma preocupação: “Não tenho sombra de dúvidas de que, se não tivermos uma reforma política, as coisas vão piorar. Não precisa fazer só a reforma política, precisa ter uma reforma estrutural”.

“Num determinado momento ela (a sociedade) nos via como verdadeiros marginais, baderneiros. Num outro momento, passou a observar mais de perto. E hoje ainda tem esse problema de ocupar o prédio e alguém ligar pra polícia, mas até durante o dia o povo nos

aplaude”. Gegê também reitera o uso da palavra “ocupação”, e não “invasão”: “Não invado nada. Eu ocupo.” Ele também não é favorável à ocupação em áreas de risco, nem de áreas de mananciais.

O MMC mantém relação amigável com outros grupos, como MTST e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), mas sem relação orgânica. Para Gegê, que remete à sua origem sertaneja, sem reforma agrária não haverá reforma urbana, e sem urbana não haverá agrária. Por isso, ele recomenda que haja maior solidariedade entre os movimentos, com participação mútua e apoios efetivos.

Gegê não cogita ter cargo público e embora ele mesmo já tenha se inscrito várias vezes para pleitear uma moradia, quando surge uma chance, na última hora ele desiste. Mas por quê? “Acabo sempre repassando para uma pessoa que aparentemente esteja mais necessitado”, explica.

bra: pela primeira vez, estão sendo construídas, junto a outros grupos, 869 unidades habitacionais na cidade Tiradentes (zona leste), como parte do programa “Minha Casa Minha Vida”, do Ministério das Cidades. O MMC terá 298 unidades. Ele também destaca a conquista de 57 unidades habitacionais em reforma no centro (rua 25 de Março).

De acordo com o coordenador do MMC, das famílias cadastradas, entre 700 e 800 participam ativamente das reuniões mensais – que ainda acontecem no Sindicato dos Coureiros.

“Pensamos que o importante é morar com dignidade, não o título da propriedade, embora para as famílias também isso seja importante”. Para ele, o problema atual tem origem na falta de terra urbana, que é muito cara. “Vale mais que ouro”, argumenta. As conquistas que têm havido, no entanto, ainda estão muito aquém do tamanho da

## Caixa financia reforma de prédio no Centro



DIVULGAÇÃO/PAC-BLOG DO PLANALTO

Pela primeira vez, o programa de habitação do governo federal financia a reforma de um prédio vazio para transformá-lo em habitação popular, num contrato entre a Caixa Econômica Federal e a Unificação das Lutas de Cortiço (ULC). Trata-se do edifício Ipiranga, que fica no centro de São Paulo. Ele será moradia para 120 famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil.

Com 21 andares e 7,1 mil metros quadrados de área construída, o prédio terá até seis unidades habitacionais em cada piso, cada qual medindo entre 25 e 63 m<sup>2</sup>. A reforma está prevista para terminar em 18 meses e terá investimento de R\$ 11,6 milhões, sendo R\$ 9,2 milhões pelo governo federal e R\$ 2,4 milhões pelo governo estadual.

## LIVROS

### Medida Socioeducativa: Entre A & Z

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto – Porto Alegre : UFRGS: Evangraf, 2014.

O livro atende à linha temática “educação e direitos humanos” com vista à elaboração de um material didático-pedagógico para contribuir em ações de formação para ao atendimento educacional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O glossário apresenta termos emergentes do contexto de extensão com práticas em medidas socioeducativas, das diretrizes e marcos legais que tratam do tema e da experiência de uma rede de autores formada por pesquisadores, professores, técnicos, estudantes, militantes, adolescentes e familiares. 101 verbetes, 87 autores e você que está compondo agora o sentido deste vocabulário.

Distribuição gratuita. Interessados fazer contato pelo e-mail [ppsc@ufrgs.br](mailto:ppsc@ufrgs.br)



### Medicina financeira – a ética estilhaçada

Luiz Vianna Sobrinho, Garamond Universitária, 2013

Medicina financeira é um livro que radiografa a medicina “por dentro”, e a atravessa em todos os sentidos. O autor, Luiz Vianna Sobrinho, é um médico que sabe o que é a clínica e o clinicar, sabe o que são as instituições de saúde, conhece as políticas do setor e os jogos de interesse que permeiam as práticas e as tomadas de decisões. Sabe com quais lógicas e estratégias operam os planos e seguros de saúde, as empresas farmacêuticas, as indústrias de equipamentos, as empresas hospitalares e todos os demais interesses que se expressam no campo da saúde e que se radicalizam na financeirização e mercantilização.

Tudo isso somado faz de Medicina financeira um trabalho denso e rigoroso que abre o véu da medicina e desmascara suas práticas e instituições. É um livro primoroso, mas duro e difícil de ser lido e digerido. Seu maior mérito talvez seja o de nos fazer tomar consciência, o de nos levar a pensar em formas de resistência e construção de uma outra possibilidade, na qual a medicina sirva ao paciente, às pessoas que sofrem e dela necessitam, e não aos que nela investem com o único objetivo de lucro.

R\$ 55,00 | (21) 2504-9211 | <http://www.garamond.com.br>



## FILMES

### As Horas

O filme mostra a história de três mulheres que carregam em suas vidas muitos sentimentos em comum, como a insatisfação e o fracasso.

São retratos de vidas em épocas diferentes, que se entrelaçam através de um livro, “Mrs. Dalloway”. É um filme de alma feminina, onde, nos artifícios da trama, outras mulheres se reconhecem no drama existencial de cada uma das personagens, humanizando assim o lado da ficção. .

Gênero: **Drama**

Duração: **108 minutos**

Ano de Lançamento: **2013**



### Pelo Malo

Criança negra, Junior luta para alisar seu “cabelo ruim” (a tradução literal do título original), detalhe que serve como ponto de partida para discutir o mal-disfarçado racismo de sociedades mestiças, como a venezuelana e a brasileira, e que crianças como ele captam nas entrelinhas.

A grande questão para Junior é a relação conturbada com a mãe, que é excessivamente seca e muito crítica, já que acha que o filho é efeminado, o que ela acredita que será um problema na vida dele. Machismo, afinal, é um contexto que ela mesma conhece de sobra. Os dois vivem às turras e a avó paterna, Carmen (Nelly Ramos), que não nega uma ajuda financeira ao neto, é também um problema, na medida que tem seus próprios planos para o futuro do menino. Seu sonho é que ele se torne um cantor de sucesso e, para isso, ela não medirá esforços —sem levar em conta o que ele realmente possa desejar.



# PARTICIPE, ENVIE O SEU DEPOIMENTO

Queremos mapear e dar visibilidade às muitas práticas feitas pelo Estado de São Paulo. Mostrar como os diversos campos de atuação de nossa profissão estão fazendo a diferença na sociedade.

Grave seu vídeo com até 1 minuto e meio



**Psicóloga/o**, responda a seguinte pergunta:  
**Psicologia todo dia: onde e como você faz?**

**Estudante de Psicologia**, conte para nós uma experiência que marcou ou ainda marca sua formação, respondendo:  
**Como a experiência vivida na formação contribuiu para a psicologia que você quer fazer todos os dias e em todos os lugares?**

**Usuárias/os dos serviços de Psicologia** também poderão enviar seu vídeo, contando:  
**De que maneira a psicologia contribuiu para transformar a sua vida?**

Os vídeos serão publicados no site e poderão ser acessados pela região em que ocorrem, pela área de atuação ou pelo processo de trabalho.

Importante:  
O conselho irá selecionar alguns vídeos para registrar sua história com mais detalhes e publicizar o seu trabalho, além de realizar debates e outras atividades na sua região.



**PSICOLOGIA**  
**todo dia, em todo lugar**  
para uma sociedade mais democrática e igualitária

*Vamos dar visibilidade às nossas práticas e conhecer métodos diversos. A ideia é democratizar o conhecimento, então conte para nós como você constrói a Psicologia no cotidiano.*



Acesse:  
[www.crspsp.org.br/psicologiatododiaemtodolugar](http://www.crspsp.org.br/psicologiatododiaemtodolugar)

 Conselho Regional de Psicologia SP  
[www.crspsp.org.br](http://www.crspsp.org.br)